



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

SUZANE GUEDES SOBRINHO

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NAS SALAS DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL (APAE): OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO
ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO**

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

Suzane Guedes Sobrinho

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NAS SALAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (APAE): OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Me. Livânia Beltrão Tavares.

Área de concentração: Educação Especial.

CAMPINA GRANDE-PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G924p Guedes Sobrinho, Suzane
A prática pedagógica do professor nas salas de educação especial (APAE) [manuscrito] : os efeitos da participação ativa da família na educação / Suzane Guedes Sobrinho. - 2017.
29 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Profa. Ma. Livânia Beltrão Tavares, Departamento de Educação".

1. Educação especial 2. Pessoas portadoras de necessidades especiais 3. Criança 4. Desenvolvimento educacional I. Título.

21. ed. CDD 371.9

SUZANE GUEDES SOBRINHO

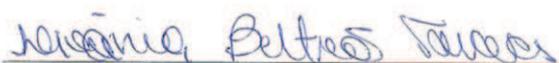
A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NAS SALAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (APAE): OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Me. Livânia Beltrão Tavares.

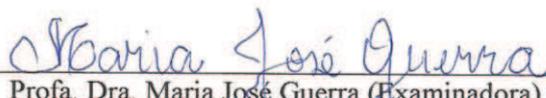
Área de concentração: Educação Especial.

Aprovada em: 04 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Me. Livânia Beltrão Tavares (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Maria José Guerra (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Ruth Barbosa Ribeiro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que esteve e está comigo em todos os momentos da minha vida; aos meus pais que sempre me deram a oportunidade de estudar, me incentivando sempre a buscar meus sonhos; aos meus irmãos e namorado que também se fizeram presente nessa jornada, me apoiando em tantos momentos de dificuldade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus todo poderoso, por estar comigo em todos os momentos da minha vida, me dando discernimento, sabedoria, forças e muita fé para ir em busca dos meus objetivos e concluir meu curso.

Aos meus pais, Emílio Faustino Sobrinho e Suzana Guedes Sobrinho, pelo grande exemplo de luta, força, perseverança e trabalho que se faz presente até hoje. Sou grata por sempre terem me dado a oportunidade de estudar e me incentivar sempre a ir em busca dos meus sonhos, me oferecendo a oportunidade que vocês não tiveram. Esse título é de vocês!

Aos meus irmãos Edson, Edmilson e em especial a Suzicleide e Anne Beatrice por terem me ajudado e me dado incentivo em tantos momentos difíceis e de correria ao longo da graduação.

Ao meu namorado Huênio Carlos, por ter me dado seu apoio e me ajudado sempre que precisei nessa caminhada.

A minha professora e orientadora Me. Livânia Beltrão Tavares, profissional pela qual tenho uma admiração enorme, por ter aceitado ser minha orientadora e ter contribuído de forma significativa na produção deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, por aceitarem o convite e darem suas contribuições enriquecedoras para este trabalho.

A todos os professores que tive e a satisfação de ter ao longo desta caminhada, que foram uma base enriquecedora na minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

Aos meus colegas de sala, onde compartilhamos momentos e conhecimentos que vão servir de bagagem para a vida toda, em especial a minha amiga Elizilma Almeida, minha companheira inseparável de sala que se tornou uma irmã para mim.

“É na Educação dos filhos que se revelam as virtudes dos pais”.

(Coelho Neto)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	9
1.1 A ERA DA INCLUSÃO.....	12
2 TRABALHO DA APAE.....	15
3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA.....	18
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
4.1 OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: O QUE DIZ AS PROFESSORAS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NAS SALAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (APAE)- OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO.

Suzane Guedes Sobrinho¹

RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo discutir como a participação ativa da família na educação da criança com necessidades educacionais especiais contribui de forma significativa para o desenvolvimento do educando. A pesquisa de tipo qualitativa, voltada a estudo de caso foi realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no município de Campina Grande-PB. Para isso foi desenvolvido um estudo inicial sobre a trajetória histórica da Educação Especial, mostrando seus principais marcos históricos, lutas e conquistas do deficiente, dando ênfase posteriormente ao trabalho que é desenvolvido na APAE, em prol da melhoria da qualidade de vida. A participação da família junto ao trabalho da APAE gera efeito bastante significativo no desenvolvimento, aprendizagem e socialização do deficiente. Foi a partir desse pressuposto que foram realizados estudos bibliográficos acerca do tema, servindo como suporte teórico necessário para o levantamento de dados através de questionário destinado aos professores da APAE, com indagações a respeito de como procede à parceria família/escola, qual a visão do professor partindo do ponto de vista pedagógico, da importância que a família tem no apoio a educação do deficiente. Vemos que a família é o meio de maior suporte emocional, educativo, e de inserção da criança com necessidades educacionais especiais, agente principal responsável pelo desenvolvimento da mesma.

Palavras-chave: Educação Especial. Família. Professor. Desenvolvimento.

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia, UEPB. E-mail: suzane_gsobrinho@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A família é o grupo de pessoas que interage desde o princípio de vida da criança, sendo seu primeiro vínculo social, é através dela que a criança se sente acolhida, criam-se laços de segurança e afetividade. É a partir dessa relação de amor que se é possibilitado o contato com o mundo e nele poder se situar, desenvolvendo assim sua identidade própria, baseado em seus ensinamentos, no âmbito familiar.

Buscaglia (1993) afirma que a criança aprende sobre o mundo e a vida principalmente através dos membros familiares, mesmo que de modo inconsciente. .

O deficiente que possui uma base familiar completa e estruturada, que lhe ofereça apoio, suporte emocional e educacional, de forma que estimule a progressão intelectual, passando confiança e o fazendo acreditar em suas capacidades tendo consciência das suas limitações, o faz progredir cada vez mais no alcance da sua autonomia.

Para isso se torna imprescindível que a família procure ajuda especializada para adquirir técnicas que deem suporte para que ela possa por em prática atividades, trabalhos de estimulação em prol do indivíduo que tem algum tipo de deficiência, firmado em conhecimentos sólidos.

Em se tratando da instituição escolar, a Declaração de Salamanca (1994) remete a importância de que pais deveriam ser encorajados a participar de atividades educacionais em casa e na escola (onde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

A relação e participação efetiva da família juntamente a escola do deficiente, é de grande importância para que o aprendizado e desenvolvimento do mesmo propiciem os efeitos esperados.

Tendo como base tais considerações, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de discutir: de que forma a família participa junto ao trabalho do professor

da APAE para o desenvolvimento e aprendizagem do deficiente? E os efeitos da participação da família nesse caso?

A pesquisa, do tipo estudo de caso, realizada na APAE do município de Campina Grande-PB, tendo como sujeito três professoras do turno da manhã, sendo a *primeira* professora, responsável pela sala de aula onde foi feita a observação, a *segunda* professora responsável pela sala de informática e a *terceira* responsável pela sala de leitura, sendo que os dados foram coletados através de um questionário destinado a elas.

Como respaldo teórico, tivemos os estudos de Amiralian (1986), Buscaglia (1993), Ross (1998), Mantoan (1989), Jimenez (1994), dentre outros, como também os documentos oficiais a Declaração de Salamanca (1994), e a Lei de Diretrizes e Bases (1996).

O presente trabalho está estruturado em quatro tópicos, no primeiro tópico foi feita uma abordagem explanatória a cerca da História da Educação Especial desde seus primórdios até a atualidade, relatando suas lutas e conquistas obtidas com o passar de décadas. O segundo tópico vem abordar sobre o trabalho desenvolvido na APAE do município de Campina Grande-PB, dando ênfase à contribuição que oferece a instituição familiar do deficiente. O terceiro tópico refere-se à importância da família como fator primordial no desenvolvimento em todos os âmbitos da vida do deficiente. No quarto e último tópico, foi descrito como se realizou, a metodologia da pesquisa, sua forma de aplicação, analisando e discutindo posteriormente os discursos das professoras em relação à temática em questão.

O processo do trabalho oportunizou o conhecimento de pontos extremamente importantes sobre a importância da família na educação e desenvolvimento do deficiente, os quais darão suporte para que possamos compreender sua relevância nesse processo gradativo.

1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Educação Especial vem se tornando e tomando uma notoriedade bastante significativa na contemporaneidade, o que exige da escola e do professor um conhecimento aprofundado em saber lidar com as barreiras e dificuldades que

poderão ser encontradas na sala de aula de ensino regular ou mesmo na sala de atendimento educacional especializado (AEE).

Entende-se por Educação Especial, a modalidade de Educação escolar voltada para aqueles que possuam algum tipo de necessidades educacionais especiais, seja ela, mental, motora, auditiva, visual, física múltipla, pessoas superdotadas, como também de distúrbios invasivos que comprometem o seu desenvolvimento. (ROGALSKI, 2010).

É com base nisto, que se torna importante fazer uma contextualização da Educação Especial, desde o seu surgimento até os dias atuais, para que seja enfocada a importância das escolas especializadas em atender pessoas com necessidades educacionais especiais, em relação ao avanço que estamos tendo hoje.

No século XVII e XVIII a discriminação com relação aos deficientes era muito grande, destacam-se teorias e práticas sociais de discriminação, período caracterizado pela rejeição do indivíduo, tanto pela família, como pela escola e sociedade como um todo, tendo atitudes de massacres e exclusão do convívio social. De acordo com Jimenez (1994), os deficientes formavam uma classe ignorada, rejeitada e muitas vezes, perseguida e explorada.

A igreja na Idade Média, mesmo condenando o infanticídio (assassinio de uma criança ou recém-nascido), alegava que pessoas com qualquer tipo de deficiência eram dotadas de poderes especiais, originadas de espíritos maléficos, conhecido como um período de exclusão, época em que o deficiente não recebia nenhuma atenção educacional, como também nenhum tipo de trabalho que desse suporte ao mesmo.

Segundo Mantoan (1997):

O Cristianismo modificou a postura diante da deficiência incluindo seu portador entre as “criaturas de Deus”, assim ele não poderia ser abandonado, já que possui alma. Sob a influência do Cristianismo os portadores de deficiência passam a ser assistidos em suas necessidades básicas de alimentação e abrigo, mas não havia a preocupação com seu desenvolvimento e educação. (p.215).

Somente a partir de meados do século XIX, por meio de ações isoladas de indivíduos e de grupos, são garantidos alguns poucos direitos às crianças abandonadas ou com deficiências. Essa atitude dependeu de um conjunto de fatores, como as mudanças de valores e “a evolução das atitudes sociais e sua materialização” (MAZZOTTA, 2011, p. 17).

Mazzotta (2011) afirma que o atendimento escolar a pessoas com necessidades especiais iniciou-se no Brasil nos anos de 1850, especificamente em 12 de setembro de 1854, quando D. Pedro II fundou, por meio do decreto n. 1.428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (IIMC), hoje conhecido como o Instituto Benjamin Constant (IBC), sendo centro de referência nacional em questões relativas à deficiência visual. Sendo também, posteriormente fundado no ano de 1857 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (IISM), que é atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Foi a partir do Instituto que se deu o surgimento dos primeiros líderes surdos no Brasil, ao retornarem as suas cidades e estados de origem, juntaram-se a outros deficientes auditivos e formaram grupos de lutas a favor de seus direitos, fundando escolas e associações para fazer a divulgação e o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), língua esta que é de extrema importância para a comunicação dos surdos não só entre si, como também com as pessoas com quem ele convive no seu cotidiano, como diz Sá:

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si. (2002, p.106).

A inclusão da Educação Especial, por sua vez, vem ganhar destaque na política educacional brasileira, com atendimento escolar especial aos deficientes no final da década de 50, foi a partir de 1970 que a Educação Especial passou a ser discutida, tornando-se uma preocupação para os governos, com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos sendo eles federais, estaduais e de classes especiais. (ROGALSKI, 2010).

Foi também no período imperial, no ano de 1874, que o tratamento a deficientes mentais deu seu ponto de partida, em um hospital psiquiátrico, na cidade da Bahia, hoje intitulado de Hospital Juliano Moreira.

Todavia:

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada (JANNUZZI, 1985, p. 28).

Grande parte das instituições era ligada a ordens religiosas, direcionadas para o atendimento das classes menos favorecidas, o que lhes designava a característica “filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos da cidadania” (BUENO, 1993, p.90).

Em 1954 se consagra um marco voltado para os deficientes intelectuais, surge o movimento das Associações Dos Pais e Amigos Dos Excepcionais (APAE), em 1962 já contava com 16 instituições, nessa época, foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) que, em 1963, realizou seu primeiro congresso (MENDES, 1995).

Desde então, esse é o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo na sua área de atuação.

Viu-se que a era das instituições de fato foi um marco e de grande valia para que houvesse a criação de escolas para os deficientes, tentativas de novos métodos de tratamento, juntamente com o desenvolvimento técnico e científico, a Educação Especial passou a contar com métodos de avaliação e tratamento próprio.

1.1 A ERA DA INCLUSÃO

Todo esse contexto histórico referente à exclusão, lutas e conquistas dos deficientes, fez com que a Educação Especial fosse submetida na atualidade a um momento de revisão.

O movimento da Educação Inclusiva começa na década de 70, onde surge a proposta de “integração” do aluno com deficiência a frequentar as salas de aula comuns, apesar de grandes avanços no estudo na área de Pedagogia e Psicologia, que apontam possibilidades educacionais desses alunos, o próprio sistema educacional não oferecia o suporte necessário para que esse aluno obtivesse êxito na escola regular.

Bueno (1999, p 8) ressalta a integração como:

Tinha como pressuposto que o problema residia nas características das crianças excepcionais, na medida que centrava toda sua argumentação na perspectiva de detecção mais precisa dessas características e no estabelecimento de critérios baseados nessa detecção para a incorporação ou não pelo ensino regular, expresso na afirmação – sempre que suas condições pessoais permitirem.

Entre as décadas de 80 e 90, a Inclusão passa a ter uma perspectiva inovadora em relação à integração, a proposta de inclusão passa a designar aos sistemas educativos a responsabilidade de se adequar e fornecer condições favoráveis para que o deficiente possa ter uma educação de qualidade, adequando o currículo as necessidades individuais de cada aluno.

Sasaki (1998 p. 9) designa a inclusão:

... Esse paradigma é o da inclusão social - as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

A Educação Inclusiva traz consigo a elaboração de documentos e leis voltadas à inserção do educando deficiente na escola regular, de forma que o ensino seja baseado em leis que assegurem um atendimento que resulte em melhores resultados cognitivo, aos alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com Sasaki, a inclusão “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas” (2010 p. 40).

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais no que diz respeito à inclusão social, elaborada em Salamanca, na

Espanha em 1994, com o objetivo de fornecer suporte às diretrizes básicas para formulação e reforma de políticas dos sistemas educacionais.

A Declaração promulga que as escolas de ensino regular devem adaptar os currículos em detrimento a necessidade do aluno, adequando-o às suas capacidades e interesses particulares, como bem afirma:

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (SALAMANCA, 1994, p 1 e 2).

Sendo então as escolas regulares modelo de uma educação que inclua de fato o deficiente, a instituição além de garantir um aprimoramento contínuo em sua atuação, tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais acolhedora, combatendo o preconceito e a discriminação, em um sistema educacional realmente voltado para todos.

O ano de 1999 é marcado pela Convenção Interamericana da Guatemala, voltada à eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, dando origem no Brasil ao Decreto de nº 3.956/2001, o mesmo se refere à igualdade, liberdade e dignidade como um direito a todos os seres humanos, banindo qualquer tipo de preconceito em relação à deficiência.

Em 2009 na Convenção que tratava sobre os direitos das pessoas com deficiência, ficou estabelecido que cada país tem o papel de dispor de um Sistema de Educação Inclusiva presente em todas as etapas de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/ 96) é a legislação que normatiza o sistema educacional de âmbito público ou privado, e reafirma o direito à educação para todos. Esta lei direciona o capítulo V a tratar da Educação Especial, onde prevê a oferta de educação para os deficientes na rede regular, que a mesma ofereça apoio especializado voltado para o atendimento das peculiaridades do alunado.

A Lei também estabelece que a oferta de ensino para o aluno com necessidades educacionais especiais, se dará desde a Educação Infantil, restringindo apenas aqueles alunos que a deficiência não permita sua integração na rede regular.

O artigo 59 da LDB garante que os sistemas se constituíram por medidas que buscam flexibilizar e adequar o currículo geral, intervenções educacionais estas que são necessárias para permitir que o aluno tenha melhoria em seu relacionamento com a escola, e obtenha sucesso nos processos de aprendizagem.

Esse novo tempo de Educação Inclusiva que vivemos na atualidade deu a oportunidade de convivência entre os chamados “normais” e “deficientes”, permitindo que a relação entre ambos ofereça um elo de aprendizagem de um com o outro, ao aluno “normal” a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças, e ao “deficiente” uma maior oportunidade de desenvolvimento devido ao estímulo oferecido pelo aluno “normal”.

Na concepção de Sasaki:

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos. (2002, p. 41).

2 TRABALHO DA APAE

A APAE-CG é uma organização não governamental de caráter filantrópico, que atende a pessoas com deficiência intelectual múltipla; os recursos utilizados são oriundos de doações da comunidade, seja ela pessoa física ou jurídica, que vão deixar diretamente na sede da APAE, ou via telemarketing. Este trabalho é realizado em busca de novos doadores, que podem fazer seu depósito por débito automático nas contas bancárias que a instituição possui, ou agendando uma data para que o mensageiro faça o recolhimento da doação, conta também com a subvenção da Prefeitura Municipal de Campina Grande e convênio com o Governo do Estado da Paraíba.

A instituição também conta com um Brechó instalado na mesma, que funciona durante o decorrer do ano gerando uma renda extra para custear os gastos, os funcionários também contribuem com uma quantia mensalmente que já vem descontado em seu contracheque.

O trabalho exercido pela APAE tem por finalidade a missão de lutar pelos direitos desde a concepção até a velhice, promover e articular ações, orientação e apoio a família, facilitando a qualidade de vida da pessoa com deficiência,

possibilitando a inclusão, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária sem preconceito.

A APAE é dividida em Clínica, Escola e Equoterapia, atuando nos mais diversos âmbitos com defesa aos direitos, educação, saúde, educação profissional, assistência social, apoio à família, lazer, esportes, cultura e artes, assistência a pessoa idosa com necessidades especiais, estudo e pesquisas científicas, capacitação, aperfeiçoamento técnico-profissional e colocação no mercado de trabalho.

Conta com o trabalho de Serviço Social, que é de extrema importância para oferecer apoio emocional à família, conscientizando-os dos direitos e potencialidades do portador de deficiência servindo como um agente facilitador de aceitação da realidade, realizando reuniões e visitas domiciliares juntamente com os psicólogos para a devida orientação.

A equipe de Serviço Social é também responsável pela recepção e acolhimento das famílias, realizando posteriormente uma triagem cuidadosa para definir se determinado caso deve ser tratado pela APAE, encaminhando de forma correta para as terapias de reabilitação e inserção social, lutando sempre pelo respeito e direitos para com os deficientes.

O trabalho executado pela equipe de Fisioterapia vai da estimulação clínica em crianças de 0 a 1 ano, trabalhando o seu desenvolvimento psicomotor, oferecendo também o trabalho em Fisioterapia Respiratória e Motora, a Traumatologia funcional e o trabalho de Equoterapia que utiliza o cavalo numa abordagem interdisciplinar na área de educação, saúde e equitação oferecendo ao portador de deficiência uma estimulação para elevar sua autoconfiança e autoestima.

A APAE também oferece atendimento de Fonoaudiologia realizado semanalmente, conta também com atendimento odontológico, Laboratório de Informática com softwares adaptados, atendimento pedagógico, Biblioteca onde são trabalhadas leituras em grupo ou com atendimento individual com intuito de atender às necessidades e dificuldades particulares de cada um.

Atividades Complementares também são postas em prática no cotidiano da instituição como o projeto de auto defensoria, onde o aluno tem o espaço de sugerir temáticas de seu interesse dando sugestões e ideias, usando seus direitos, sendo o porta voz diante da diretoria da instituição, defendendo também os direitos dos demais colegas, sendo uma conquista da pessoa com deficiência em busca do crescimento e autonomia. O Projeto Apaixonados trabalha com a música e dança como forma mais lúdica de desenvolver a aprendizagem e socialização do portador de deficiência, e aulas de Educação Física adaptada, tornando a prática, uma forma de desenvolver a disciplina, o respeito ao próximo e consciência corporal.

A educação é dividida em duas modalidades, sendo um deles a escolarização e o outro em oficinas como o artesanato e horta, que é destinada a alunos de faixa etária maior, com o intuito de pré-profissionalização e de torná-los mais independentes.

O planejamento didático das aulas é realizado semanalmente, porque quando não está tendo êxito é preciso reformular alguns pontos; os professores de portadores de deficiência com idade entre 14 e 15 anos, seguem o Currículo do EJA do 1° ao 5° ano, fazendo sempre adaptações de acordo com as necessidades de cada um.

Os professores participam constantemente de vários congressos, cursos de capacitação, treinamentos de atendimento educacional especializado (AEE), para que possam intervir de forma eficaz, eliminando barreiras para que haja a participação ativa dos alunos, considerando sempre suas particularidades.

Segundo a fala de uma das professoras entrevistada da APAE, ela descreve sua prática pedagógica de forma a “Suprir as necessidades de cada aluno, mas priorizando as limitações, oferecendo-os atividades desafiadoras que possam ser realizadas com pouca, muita ou sem ajuda. Fazendo o aluno se sentir capaz, percebendo e vivenciando seus avanços não só cognitivos como também em todos os aspectos (motores, intelectuais, sensitivos...)”.

Segundo a coordenadora o engajamento da família é de extrema importância, durante o ano fazem uma média de três reuniões com os pais, mães ou responsáveis. Fizeram um treinamento recentemente com a família demonstrando a

importância deles enquanto instituição familiar. Para que se criasse um vínculo maior de aproximação e participação na educação do deficiente, a APAE criou o projeto “Leitura em Casa” que já tem duração de dois anos, onde o aluno leva um livro diferente semanalmente para casa, em que a família se comprometeu inclusive assinando um termo de compromisso junto à instituição, a realizarem a leitura juntamente com o estudante, para assim possibilitar um engajamento maior.

3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

A instituição familiar é a primeira base de qualquer criança, é a partir dela que nos tornamos indivíduos capazes de conviver em sociedade, pois ela tem um papel insubstituível na vida de qualquer ser humano, é dela que extraímos os nossos primeiros ensinamentos e valores, é o grupo de pessoas que nos transmite a sensação de acolhimento e segurança, e a partir de então temos a possibilidade de relacionamento com outras pessoas e com tudo o que está ao redor, e esse papel da família se torna ainda mais indispensável, quando se refere à criança com necessidades educacionais especiais, criança esta que exigirá uma dedicação maior da família, como diz Amiralian (1986), a aceitação de um filho com deficiência exige uma reorganização dos valores e objetivos da família.

Para saber lidar de forma a suprir todas as necessidades da mesma, a família terá de passar por todo um processo de aceitação da deficiência que a criança possui, se inteirar acerca de formas de tratamento, as melhores formas de poder interagir com a criança para que ela tenha um desenvolvimento cognitivo, intelectual satisfatório, procurar suporte nas entidades voltadas para o atendimento já especializado na área, para que a partir de então, com o passar dos anos a criança vá adquirindo sua própria autonomia.

Buscaglia considera esse período inicial da vida, como um dos mais importantes para o futuro das crianças com deficiência, pois:

É nesse momento que receberão ajuda para formar atitudes básicas em relação à sua ótica futura – otimismo/ pessimismo, amor/ ódio, crescimento/ apatia, segurança/ frustração, alegria/ desespero e ao aprendizado em geral (1993, p. 36).

O laço de amor criado pelo vínculo familiar é de extrema importância para a criança com algum tipo de deficiência, é a partir dessa relação afetiva que a família deve buscar desenvolver na criança um sentimento de positividade com relação à

deficiência que ela venha apresentar, motivando-a sempre de forma positiva, para que a mesma construa a sua autoimagem, de forma a acreditar que mesmo com determinada limitação, ela é uma pessoa capaz de desenvolver muitas habilidades.

É neste momento que a inserção da família é de bastante valia, no ato de incentivar a criança a desenvolver suas habilidades, elogiar sempre em tudo o que fizer, mesmo que o que tenha feito não tenha saído como o esperado, demonstrar que os insucessos fazem parte da vida de todos os seres humanos, tendo ele deficiência ou não, e que são essenciais para o crescimento de cada um, que trazem muitas vezes outras oportunidades, desenvolvendo na criança a sensação de segurança, que é um ser respeitado, que consegue aprender e desenvolver tarefas como qualquer outra criança, como bem afirma Ross:

Atribui-se aos pais a responsabilidade pela formação da autoestima da pessoa com deficiência vinculando-se, portanto, a sua função quanto a formação emocional. Conseqüentemente os pais contribuem para a superação dos efeitos negativos da deficiência, favorecendo assim, a própria aceitação de sua condição (ROSS, 1998, P. 241).

Buscaglia (1993) descreve sobre o papel da família do deficiente que é oferecer um campo de treinamento seguro em todos os âmbitos do crescimento dos filhos, designa a família o papel de conscientizar-se de seus sentimentos com relação a seu filho e sua deficiência, já que por passar maior parte do tempo com a criança tem a oportunidade de trabalhar de forma contínua e efetiva as relações pessoais e interpessoais, para que ajudem a criança a também tomar essa consciência passando a se ver como um ser completo, enxergando suas capacidades.

Vemos claramente que para o desenvolvimento da autonomia do portador de deficiência é de suma importância que a família esteja consciente do seu papel, e mobilizado de fato em participar e trabalhar de forma concisa para que não haja uma superproteção, fazendo regredir o desenvolvimento do mesmo.

A família deve buscar suporte em órgãos competentes, que possam designar métodos, prestar esclarecimentos, para que atue de forma significativa na educação de seu filho.

Como podemos ver na Declaração de Salamanca (1994 p.13-14), a educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida

entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca.

Com isso podemos ver que o desconhecimento, a ignorância de não querer procurar ajuda, de acharem que o portador de deficiência é um “coitadinho”, que não consegue desenvolver suas habilidades sozinho, da não aceitação da deficiência do filho, só acarreta danos ao seu desenvolvimento emocional e educacional, dificultando e dando uma proporção tão maior ao “problema”, que com conhecimento real do caso, com suporte profissional a cerca da deficiência, tomando conhecimento de formas de interagir e técnicas que se devem por em prática só tendem a beneficiar o crescimento cognitivo do portador de deficiência.

É a partir de então que a escola pode intervir de forma ainda mais positiva neste caso de trabalho em conjunto com a família, como diz a Declaração de Salamanca (1994, p.14) Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola (aonde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

É notório que quando a família participa de forma efetiva, trabalhando em conjunto com a escola seja ela regular ou especializada para deficientes, a aprendizagem se torna cada vez mais significativa, pois será possível colocar em prática no ambiente familiar o que se foi aplicado na escola, de forma a reforçar o que se é trabalhado em sala de aula pelos professores e toda equipe pedagógica da instituição.

Como bem afirma Cambuzzi:

É importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem a respeito do deficiente (1998, p.90).

Diante do que foi descrito, vemos que a convivência no meio familiar, as formas de intervenção e engajamento que os membros da família têm com relação ao desenvolvimento contínuo do portador de necessidades especiais geram benefícios significativos. As dificuldades que naturalmente irão surgir, são amenizadas quando a família procura conhecer a fundo a deficiência que o filho apresenta, procurando desde a descoberta, apoio especializado, procurando caminhar junto à escola em busca do sucesso educacional.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Como referido anteriormente, a presente pesquisa foi voltada para o estudo de caso e se realizou nos dias 03 e 04 de Julho de 2017, no período da manhã, na APAE de Campina Grande- PB. Na manhã da segunda-feira dia 03, tive a oportunidade de conversar com uma das assistentes sociais e a coordenadora, onde me foram apresentadas as instalações, a forma como trabalham, de que forma se mantém financeiramente e os serviços que a APAE presta à comunidade com algum tipo de deficiência; na ocasião também me foi mostrado um pequeno vídeo com duração de por volta 10 minutos, onde resume de forma bastante explicativa o contexto real em que a mesma está inserida.

Nos segundo dia, na manhã da terça-feira dia 04, fui para sala de aula composta por 15 alunos, tendo como sujeito da pesquisa a professora. Os dados foram coletados através de um questionário direcionado a esta professora que chamarei de **A**, em que fiz a observação na sala de aula, como também a professora **B**, que fica responsável pelo acompanhamento do aluno no laboratório de informática e a professora **C**, responsável pelo acompanhamento do aluno na biblioteca (sala de leitura), de forma individual ou em conjunto.

Este questionário versou sobre os efeitos da participação ativa da família na educação do deficiente. As questões aqui levantadas nos levaram a refletir sobre o

que os professores pensam sobre a participação da família no contexto do aluno portador de deficiência.

4.1 OS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: O QUE DIZ AS PROFESSORAS

Quando questionada, **qual a importância que a família tem no desenvolvimento do educando deficiente**, a professora **A** diz “De grande importância, pois a família é à base de desenvolvimento desses alunos, porque é na família que inicia a primeira escola na vida deles, sem o envolvimento e encorajamento da família o processo nas áreas de conhecimento para melhor evoluir dificulta”. A professora **B** diz: “Toda, pois é a família que irá procurar formas, métodos, atendimentos para a pessoa com deficiência progredir e melhorar suas condições de vida”. A professora **C** diz “Muita importância. Sem o apoio da família nosso trabalho é em vão”.

Vemos que o discurso das professoras é condizente com referencial teórico estudado nos capítulos anteriores, quando na fala das professoras elas afirmam que a família é fator primordial para que o deficiente obtenha êxito em suas atividades. Reconhecem a importância da família no sentido de procurar metodologias que propiciem a progressão do mesmo, dando continuidade em seu âmbito familiar ao trabalho que elas desenvolvem na escola.

Segundo D'Antino (1998), a família é o primeiro e mais importante 'berço' do indivíduo, tendo como função original satisfazer todas as necessidades físicas, afetivas e sociais da criança, cumprindo também a função mediadora entre a criança e o mundo social.

Quando perguntada sobre **como é feita a participação da família junto a APAE e juntos a seu trabalho, se interagem de forma significativa**, a professora **A** responde que “Procuro envolvê-los sempre no meu trabalho, dá orientação no dia a dia mostrando que os alunos que são meu público alvo são capazes de evoluir mesmo apresentando muitas dificuldades, porque a maior dificuldade enfrentada por eles é a não aceitação principalmente da família. A interação da família é conforme aos estímulos e as orientações que a equipe da APAE vai oferecendo, porque se

deixamos a vontade não obtemos resultados significativos”. A professora **B** diz: “Se referindo ao meu setor, bastante, pois é uma sequencia e troca de aprendizagem, comportamentos e ações, que devem ser realizados tanto em casa como em nossos atendimentos, um complementando o outro, havendo interação, diálogo entre os familiares e profissionais em alguns momentos”. A professora **C** responde: “Em se tratando do meu trabalho, a participação da família é muito presente, pois em meus atendimentos um integrante da família (geralmente a mãe) sempre está presente e podemos dialogar sobre o indivíduo e suas dificuldades”.

Em relação à participação e interação da família junto ao trabalho exercido pelas professoras, vemos que a instituição familiar tem a consciência de se fazer presente acompanhando de forma direta o seu membro familiar, mantendo o diálogo com as professoras, se inteirando das dificuldades dos seus filhos, adquirindo assim possibilidades de dar continuidade em casa, às atividades executadas na escola, fazendo um trabalho de complementação, objetivando suprir ou de certa forma amenizar suas dificuldades.

Concordamos com Parolin (2003), quando o autor enfatiza a importância da participação da família no processo educativo, quando diz que os objetivos da escola e da família devem ser os mesmos, preparar a criança para o mundo.

Podemos observar no discurso das professoras que elas têm a consciência da importância que a família tem, se referem à mesma como um ponto de apoio fundamental para que o desenvolvimento do aluno deficiente obtenha resultados significativos, que o diálogo entre família e escola deve ocorrer frequentemente para serem traçadas metas a serem seguidas.

Questionando-as **de acordo com seu olhar pedagógico, qual a maior dificuldade da família, em saber lhe dar e interagir com a criança**, a professora **A** responde “A maior dificuldade que enfrento é a base no que se diz respeito da educação doméstica, pois dificulta muito no comportamento, na organização do ser humano, por tratar os filhos como eternos bebês e sem deixar que os mesmos desenvolvam a sua autonomia. Então preciso organizar um trabalho pedagógico por fase, organização do comportamento, desenvolvimento das habilidades diárias para contextualizar com a educação formal propriamente dita”. A professora **B** diz que “O conhecimento das potencialidades da criança, bem como suas possibilidades de

avanços, levando em conta a questão de educar dentro de uma perspectiva de limitação, regras e estímulos”. Já a professora **C** diz que “Além de impor limites quanto ao comportamento, algumas questões isoladas bem ligadas à Pedagogia, como entender que o indivíduo passa por fases de leitura e escrita até chegar ao considerado ideal”.

Observamos nos discursos das professoras que elas percebem na atuação das famílias certa dificuldade em entender que o processo de desenvolvimento, seja cognitivo, psicomotor ou físico não só no caso de deficiência, como qualquer outra, tem todo um trabalho a ser desenvolvido e um percurso a ser seguido. E que para isso é necessário se impor quanto ao comportamento do deficiente, impondo regras, limites, lhe atribuindo tarefas, tudo a ser feito de acordo com a realidade e possibilidades de execução de cada um, viabilizando o rendimento esperado.

Concordamos com Amiralian quando diz:

Os pais que adotam uma atitude de superproteção para com seus filhos, fazendo tudo por eles, inclusive aquelas atividades que eles poderiam facilmente realizar, além de estarem impedindo importantes experiências favorecedoras de seu desenvolvimento, estão, também, lhes transmitindo um conceito de incapacidade e insuficiência de difícil superação. Estas crianças tendem a desenvolver excessiva dependência por toda sua vida. Já os pais que tem dificuldades em aceitar as limitações impostas pela deficiência colocam uma excessiva pressão sobre a criança para que ela se desenvolva e funcione normalmente. (AMIRALIAN, 2003b, p. 109).

A última pergunta foi relacionada segundo a opinião de cada uma, **de que forma a família pode contribuir junto ao seu trabalho e ao trabalho da APAE como um todo, para obter resultados cada vez mais significativos**, a professora **A** responde que “Procurando contribuir no processo ensino aprendizagem, acompanhando nos atendimentos oferecidos pela APAE-CG. Buscando as orientações dos profissionais e executar através das orientações o processo para melhor evoluir os filhos. Participar de forma autônoma e eficaz dos atendimentos dos filhos como apoio e estímulo para os mesmos”. A professora **B** diz “Procurar formas extra instituição, que poderiam ser desenvolvidos, estimulados e compreendidos nos lugares que frequentam, como escola, lazer, família. Atitudes palavras que devem ser ditas e tomadas, baseando-se nas condições e limitações de cada um, mas procurando sempre fazê-lo se sentir capaz e consciente do que pode como também do que não pode realizar”. A professora **C** diz que “Reproduzindo fora da APAE limites, atitudes e estimulando-o dentro do que ele pode realizar”.

Podemos observar na fala das professoras, que suas respostas se remetem ao mesmo sentido, de se direcionar à família como unidade também responsável pelo desenvolvimento do deficiente, devendo ter interesse de buscar fora da instituição (APAE), novos recursos de aprendizagem. Voltam a reforçar, como já tinham mencionado nas questões que foram abordadas anteriormente, que é de fundamental importância a imposição de limites por meio da família, a estimulação de forma contínua fora da escola, para que ele se sinta capaz de realizar novas atividades, tendo consciência sempre de seus limites.

É, então, no encontro da escola, do aluno e da família, que a educação atual tem se centrado para construir uma relação de troca, de complementariedade que possibilite a todos educar e serem educados (PAIVA, 2002).

Enfim, podemos ver que os educadores da instituição APAE atribuem à família uma importância bastante significativa, vinculando o trabalho destinado ao educando com necessidades educacionais especiais em prol de seu desenvolvimento, uma parceria que ocorre de forma efetiva e presente entre escola e família, onde através de diálogo entre ambos há a oportunidade de traçarem metas e procurarem métodos para pôrem em prática de forma igualitária, um complementando o trabalho do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise dos efeitos da participação ativa da família na educação e desenvolvimento do aluno com alguma deficiência na instituição APAE de Campina Grande-PB, fazendo uma reflexão acerca do que os professores pensam com relação ao engajamento, contribuição e dificuldades que a família tem em saber lidar nesse caso.

De modo geral, percebemos que a APAE e em especial os professores se referem à família como um ponto de apoio primordial para a execução do seu trabalho, demonstram interesse em trazer a família para participar de forma efetiva na educação dos filhos, sempre mantendo o diálogo com a instituição familiar, de forma que eles busquem colocar em prática em casa o que as professoras ensinam na escola.

As professoras ainda ressaltaram a importância dos pais procurarem ter conhecimento acerca de formas de estimulação e atividades que podem ser realizadas fora da instituição, ajudando assim no desenvolvimento do deficiente, sempre respeitando e tendo conhecimento de seus limites.

É de suma importância que a família tenha a consciência do papel que representa na vida do deficiente, apesar das dificuldades que naturalmente surgem desde a chegada da criança. Partindo da relação afetiva que os liga, um mundo novo terá de ser conhecido pela instituição familiar, eles devem, portanto buscar apoio especializado para tomar conhecimento da realidade da deficiência, podendo ajudar de forma positiva em sua progressão cognitiva, evolução na coordenação motora e psicomotora, dando a possibilidade ao deficiente de ter uma qualidade de vida melhor com mais autonomia.

O propósito desta pesquisa quando ressalta a importância da família no desenvolvimento do deficiente é de permitir que possamos ter o conhecimento claro do quanto à parceria família escola toma uma proporção tão maior em relação aos benefícios gerados a vida da pessoa com necessidades educacionais especiais.

ABSTRACT

The present study aims to discuss how the active participation of the family in the education of the person with special needs contributes significantly to the development of the learner. The qualitative research, focused on a case study, was carried out at APAE in the city of Campina Grande-PB. For that, an initial study on the historical trajectory of Special Education was developed, showing its main historical milestones, struggles and achievements of the disabled person, emphasizing later the work that is developed in the APAE, in favor of the improvement of the quality of life. The participation of the family in the work of the APAE has a very significant effect on the development, learning and socialization of the disabled person. It was from this assumption that bibliographic studies about the subject were carried out, serving as a theoretical support necessary for the collection of data through a questionnaire for APAE teachers, with questions about how to proceed with the family / school partnership, what is the vision Of the teacher starting from the pedagogical point of view, of the importance that the family has in supporting the education of the handicapped. We see that the family is the medium of greater emotional support, education, and insertion of the special needs bearer, the main agent responsible for its development.

Key words: Special Education; Family; Teacher; Development.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M. L. T. M. **A deficiência redescoberta: a orientação de pais de crianças com deficiência visual.** Revista Psicopedagogia, v. 20, n. 62, p. 109, 2003.
- AMIRALIAN, M.L.T.M. **Psicologia do Excepcional.** São Paulo: EPU, 1986.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: MAS/ CORDE 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 11/ 07/ 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/ segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.
- BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais.** Trad. Raquel Mendes. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez. Anais** do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998, p.90.
- D'ANTINO, M. E. F. **A Máscara e o Rosto da Instituição Especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde.** São Paulo: Mennon, 1998.
- JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- JIMENEZ, R. B. **Necessidades educativas especiais.** Dinalivro: Lisboa, 1994.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro: WVA, 1997. São Paulo: Moderna, 2001.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2011.
- MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- PAIVA, Samara do Nascimento Salvador Lourenço. **Educação dos pais e educação da escola.** São Paulo: Mundo Jovem, n.1 nº 123, fevereiro 2002.
- PAROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Livro da 5ª Jornada de Educação do Norte e Nordeste. Fortaleza, 2003.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Rio Grande do Sul, vol. 5, nº 12, julho a dezembro. 2010. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf Acesso em: 04/ 04/ 2017.

ROSS, Paulo Ricardo. **Pressupostos da integração**: Integração frente à realidade educacional. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998, p. 241.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação e surdos**. Manaus: EDUA, Comped, INEP, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão**: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.